

PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO: 24/09/2024

117 TC-005138.989.23-1

Câmara Municipal: Jaguariúna.

Exercício: 2023.

Presidente: Romilson Nascimento Silva.

Advogado(s): Tania Ribeiro do Vale Coluccini (OAB/SP nº 214.405), Livia Martins Baldo Nini (OAB/SP nº 327.103) e outros.

Procurador(es) de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

Fiscalizada por: UR-3.

Fiscalização atual: UR-3.

(GCDD-25)

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. OBSERVOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF. FALHAS RELATIVAS AO PLANEJAMENTO, CONTROLE INTERNO, REPASSES, CARGO EM COMISSÃO, RPPS FIDEDIGNIDADE E RECOMENDAÇÕES. REGULARIDADE COM RESSALVAS

1. RELATÓRIO

1.1. Em apreciação, as contas anuais do exercício de **2023**, da **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA**.

1.2. Após inspeção “*in loco*”, a fiscalização da Unidade Regional de **Campinas – UR-03** elaborou seu relatório acostado no evento 21.45, cuja conclusão aponta as seguintes ocorrências:

A.1.1. ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

→ Câmara não encaminhou as demandas populares ao Executivo;

A.1.2. ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

→ Não fiscalizou nem avaliou a eficácia das políticas públicas;

A.3. CONTROLE INTERNO:

→ O responsável não é servidor efetivo e relatórios precisam ser aprimorados;

B.1.1. REPASSES FINANCEIROS RECEBIDOS E DEVOLUÇÃO:

→ Devoluções reiteradas e a Edilidade não realiza restituição periódica das sobras;

B.5.1.3. CARGO EM COMISSÃO:

→ Cargo de Diretor Jurídico provido por comissionamento e demissível ad nutum;

B.5.1.4. NÃO ADOTOU O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL:

→ Servidores da Câmara continuam vinculados ao Regime Geral de Previdência;

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:

→ Envio de informações não fidedignas ao Sistema Audesp;

E.3. ATENDIMENTO ÀS INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCE:

→ Desatendimento a recomendação deste Tribunal.

1.3. Regularmente notificado, nos termos do artigo 30 da Lei Complementar nº 709/93 (evento 29.1), o senhor **ROMILSON NASCIMENTO SILVA**, aproveitou a oportunidade processual apresentando suas justificativas respaldadas por documentos, que foram devidamente inseridas no evento 36.

1.4. Por sua vez, o **Ministério Público de Contas** manifestou-se conclusivamente pela **REPROVAÇÃO dos demonstrativos**, nos termos do art. 33, inc. III, da Lei Complementar Estadual 709/93, por entender graves as falhas incidentes no controle interno, repasses devolutos e o provimento do cargo de Diretor Jurídico. (evento 43).

1.5. A análise das contas antecedentes tem histórico positivo¹.

É o relatório

2022	-	TC-004904/989/22
2021	-	TC-006568/989/20
2020	-	TC-003873/989/20

Regularidade
Regularidade
Regularidade

2. VOTO

JAGUARIUNA²

População estimada [2022]: 59.347 pessoas

PIB per capita [2021]: R\$ 233.328,91

IDHM -Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é estimado em 0,784

Trabalho e Renda: Em 2022, a renda média mensal era de 3,7 salários-mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 68,88%. Além disso o percentual da população com rendimento nominal mensal de até meio salário-mínimo totalizava 28,8%. Naquele ano a cidade possuía 40.881 empregos formais.

Educação: Os alunos do ensino fundamental da rede pública tiveram nota média de 6,5 no IDEB. Possui 19 escolas e 399 docentes para operar o ensino fundamental, e 8 escolas com 150 professores para atender o ensino médio. Em 2023 a taxa de escolarização (de 6 a 14 anos) foi de 98 %, com 7.255 matrículas no ensino fundamental e 2.378 no ensino médio.

Saúde: A taxa média de mortalidade infantil é estimada em 8,96 óbitos a cada 1000 nascituros. Já a taxa de internações por diarreia é de 13,5 por 100 mil habitantes. Possui 15 estabelecimentos de saúde conveniados com o SUS.

Território e Ambiente: Possui área urbanizada de 24,04 km². Apresenta 95% de domicílios com esgotamento sanitário, dos quais 82,9% em vias públicas com arborização, sendo 37,7% com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

2.1. Contas anuais da CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA,
relativas ao exercício fiscal de **2023**.

2.2. A instrução indica que os atos de gestão foram praticados em conformidade com os limites de receita e despesa fixados pela Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Orçamentária Municipal.

2.3. Além desses aspectos formais e fiscais, constato que a instrução do feito autoriza, excepcionalmente, que o juízo de mérito caminhe no sentido da aprovação dos demonstrativos, mormente por tratar-se de uma Câmara modesta de município de pequeno porte, mas também pela natureza formal das falhas e plausibilidade das justificativas ofertadas.

2.4. Na conformidade desse entendimento, inicialmente considero passível de afastamento as críticas catalogadas no item **A.1.1. ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL**, porque a origem demonstrou haver se empenhado na publicização das audiências públicas para debate e aperfeiçoamento das peças orçamentárias, utilizando-se dos instrumentos de divulgação ao seu alcance. E quanto ao encaminhamento das demandas populares, entendo que elas já são coletadas cotidianamente pelos vereadores no âmbito de todo e qualquer ambiente, para, na sequência,

² Dados oficiais do IBGE – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jaguariuna/panorama>

serem formalmente endereçadas ao Poder Executivo por meio de “Indicações”, que é o instrumento legislativo legítimo nas democracias representativas, para enfim serem selecionadas e inseridas no planejamento das políticas públicas.

2.5. Ainda na esfera do Planejamento, podem ser consideradas superadas também as insurgências contidas no item **A.1.2. ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS** e **B.1.1. REPASSES**, primeiramente porque, em regra, a supervisão e emissão de pareceres sobre matérias de natureza econômico/financeira já são atribuições previstas no arco de competências da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Legislativo. Tarefa, aliás, que conta também com o reforço fiscalizatório da ação política, individual e partidária, exercida pelos vereadores no desempenho de suas prerrogativas institucionais. Nessa conjuntura, seria desnecessária eventual despesa com a criação e manutenção de novos apêndices no organograma administrativo da Câmara, vez que, além de não implicarem em nenhum avanço, ainda gerariam estruturas sobrepostas com finalidades e atribuições concomitantes.

E quanto à devolução de duodécimos, entendo que não se sustenta o argumento de que eventual superestimativa deduzida a partir do total das sobras, seja artifício premeditado para subverter o cálculo dos limites de despesas fixados no ordenamento, vez que o comando constitucional vincula esse índice à receita e não à despesa. Além disso, a origem esclareceu que as referidas sobras decorreram do cancelamento de concurso público programado, além de comprovar que o montante foi integralmente restituído à fazenda pública e disponibilizado tempestivamente para a discricionária destinação que o Sr. Prefeito houvesse por bem lhe dar.

2.6. Reputo que possam ser consideradas superadas também as insurgências contidas nos itens **A.3. CONTROLE INTERNO**, **B.5.1.4. NÃO ADOÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)** e **B.5.1.3. CARGO EM COMISSÃO**, por primeiro porque o próprio agente vistor reconhece expressamente no seu relatório que a gestão do sistema vinha sendo exercida por servidora efetiva de outra área com formação acadêmica de nível superior em Gestão Pública, e que já no início de 2024 foi regularmente substituída por candidato aprovado em concurso público para o cargo específico de

Controlador Interno, sanando definitivamente a inconformidade pontual relativa a essa matéria.

Constato ainda que providências saneadoras foram adotadas também em relação ao segundo apontamento, através da constituição de um Comitê Especial para avaliação técnica da migração dos servidores da Câmara do Regime Geral de Previdência para o Regime Próprio, considerando o impacto econômico e atuarial no Fundo Especial de Previdência Social do Município.

E para concluir esse tópico, no que diz respeito a suposta inadequação da investidura de advogado comissionado no Cargo de Diretor Jurídico da Câmara, é imperativo reconhecer que à luz da jurisprudência consolidada pela Suprema Corte³, essa matéria encontra-se pacificada no sentido de que inexistem dispositivos constitucionais de reprodução obrigatória que imponham ao Poder Legislativo local a instituição cogente da Advocacia Pública, prevalecendo o Princípio da Autonomia dos Municípios para organizar seus serviços e dispor sobre o regime jurídico de seus servidores insculpido no artigo 18 da Carta Magna e no artigo 17 da Lei Orgânica no Município de Jaguariúna.

2.7. Com relação aos apontamentos remanescentes constantes dos itens D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP e E.3. ATENDIMENTO ÀS INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCE, reputo oportuno o registro de RECOMENDAÇÕES visando o aperfeiçoamento da gestão legislativo, no seguinte teor:

³ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.278.974 - DJe 07.12.2020

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO X CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

“Portanto, não estando a organização da advocacia pública inserida nos estritos lindes estabelecidos no art. 29, da Constituição Federal, não há que se falar em inconstitucionalidade da legislação municipal, que cria Secretaria de Negócios Jurídicos - respeitadas as atribuições constitucionalmente previstas para os procuradores.” Relator Ministro ALEXANDRE DE MORAES, - Primeira Turma,

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.292.739 SÃO PAULO

“A decisão agravada está em conformidade com a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal de que inexistem normas constitucionais de reprodução obrigatória que imponham ao poder legislativo municipal a adoção de modelo de advocacia pública, não havendo que se restringir a auto-organização municipal para além dos parâmetros previstos no texto constitucional.” - Brasília, 24 de maio de 2021. - Ministro EDSON FACHIN Relator

- a) Atente-se ao formalismo legal observando a exatidão, tempestividade e transparência dos lançamentos, de forma a respeitar os Princípios da Oportunidade, Fidedignidade e Evidenciação Contábil, nos termos dos artigos 83 da Lei nº 4.320/64 e 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Assegure a observância e eficácia das instruções, recomendações e determinações exaradas por este Tribunal.

2.8. Finalmente, considero pertinente o registro de que a Câmara desenvolveu uma agenda produtiva de trabalhos legislativos no exercício em exame, período em que os vereadores realizaram as Audiências Públicas inerentes às peças de planejamento, além de 29 sessões ordinárias e 11 extraordinárias, nas quais analisarem, debaterem e votarem 113 Projetos de Leis Ordinárias, 23 Projetos de Leis Complementares, 83 Projetos de Decreto Legislativo, 21 Atos da Mesa, 9 Projetos de Resolução, 487 Requerimentos, 366 Indicações, 139 Moções, promovendo ainda 3 sessões solenes para entrega de títulos e comendas Legislativas.

2.9. Isto posto, meu **voto** é no sentido da **REGULARIDADE com recomendações**, das contas relativas ao exercício fiscal de **2023** da **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA**, nos termos do artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, excepcionando eventuais atos pendentes de apreciação desta Corte.

Em conformidade com dispositivo próprio do mesmo diploma normativo, dou **quitação** aos responsáveis.

Após o trânsito em julgado:

- i) Remeta-se cópia mediante ofício, à **Câmara Municipal de Jaguariúna**, para que tome ciência do inteiro teor dessa decisão, com especial atenção ao que foi recomendado e determinado;
- ii) Deverá a fiscalização, durante a próxima auditoria, certificar se a Edilidade concluiu suas medidas e adotou as providências reclamadas;

iii) Ao final, ao Cartório para as providências de praxe, procedendo às anotações e promovendo o arquivamento do feito no meio digital adequado.

É como voto.

DIMAS RAMALHO
CONSELHEIRO